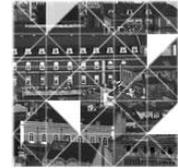

CIDADES, Comunidades e Territórios



A investigação na prática profissional do arquiteto

Patrícia Bento d'Almeida¹, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET-Iscte, Portugal.

Teresa Marat-Mendes², Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET-Iscte, Portugal.

Michel Toussaint³, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, CIAUD-FAUL, Portugal.

Resumo

A definição e o reconhecimento do papel do arquiteto em Portugal é, desde o princípio do século XX, uma preocupação da classe. O presente artigo discute como tem sido abordada a investigação enquanto alicerce para um mais completo exercício da profissão. Quem foram os que, no último vinténio do século XX, se debruçaram sobre o exercício da profissão de arquiteto? Face ao número de arquitetos inscritos em Portugal, estes reconhecem publicamente a importância da investigação enquanto apoio à atividade de projeto? Metodologicamente, o estudo apoia-se no *Jornal Arquitectos (J-A, 1981-2000)*, designadamente na identificação dos principais artigos publicados dedicados à temática do exercício da profissão e na reflexão destes face à prática da investigação. Considerado um repositório fundamental para a análise das principais temáticas discutidas em Portugal, a observação dos artigos publicados no *J-A* permite, hoje, reunir considerações para lidar com a ainda complexa relação entre a prática e a teoria da Arquitetura. Serviu de complemento ao presente estudo, a recolha de testemunhos orais de arquitetos-investigadores que passaram pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – a primeira instituição pública que, no início da década de 1960, acolheu num mesmo *campus* diversos profissionais para pesquisar temáticas da Engenharia e da Arquitetura –, alguns dos quais ocupando lugares de chefia na edição do *J-A* e/ou publicando artigos sobre o exercício da profissão. Terão estes arquitetos-investigadores do LNEC, mais do que os restantes autores, reconhecido a importância da investigação para a atividade de projeto?

Palavras-chave: Investigação científica, prática profissional, arquitetura, *Jornal Arquitectos*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

¹ patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt

² teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

³ micheltoussaint46@gmail.com

1. Introdução

A Associação de Arquitetos Portugueses (AAP), criada em 1978, procurava, nas palavras de Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) enquanto presidente do Conselho Diretivo Nacional (CDN) da AAP, “afirmar, no seio da sociedade portuguesa, a importância da Arquitetura como arte cívica de elevado alcance económico, social e cultural” (Anexo 1, Ref.^a 51, p. 5). Na procura da legítima proteção legal do arquiteto, e na sequência do 1º Congresso da AAP⁴ (1979), foi promovido um encontro – intitulado “Arquitetos - População - Território - Administração” (1980) –, para discutir questões relacionadas com a formação do arquiteto, a prática profissional e a relação interprofissional com a administração pública⁵ (AA.VV., 1980). Para esse efeito juntaram-se, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil⁶ (LNEC), arquitetos, estudantes de Arquitetura, funcionários dos Gabinetes de Apoio Técnico, das Câmaras Municipais, e dos serviços centrais e regionais. Mas, como destacou o arquiteto Francisco Silva Dias (n. 1930) aos autores deste artigo, nessa altura, “o confronto e a conquista de territórios profissionais, entre engenheiros e arquitetos, era latente, mas não tinha ainda as fronteiras que mais tarde o decreto 73/73 viria a traçar” (Dias, 2018) – “Arquitetura: Um direito dos cidadãos, um ato próprio dos Arquitetos”, revogação parcial do Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro de 2009⁷. Num país onde, em meados da década de 1980, cerca de 99% dos projetos de Arquitetura eram desenvolvidos por não-arquitetos (Anexo 1, Ref.^a 6), necessariamente, a luta pelo direito exclusivo do projeto de Arquitetura para os arquitetos absorveu muito das suas energias, debatendo-se igualmente o lugar do arquiteto e o seu papel na sociedade portuguesa. Imprensa e publicações periódicas deram voz a esta contenda.

Em Portugal, a afirmação e a defesa da profissão dos arquitetos iniciou-se no princípio do século XX⁸. A Sociedade dos Arquitetos Portugueses (SAP) foi fundada somente em 1902 e substituída, em 1933, pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos por imposição do Estado Novo, para se integrar na respetiva organização corporativa⁹. A publicação dos periódicos *A Construção Moderna* (1900-1919) e *Arquitectura Portuguesa*¹⁰ (1908-1958) demonstra essa afirmação profissional dos arquitetos no princípio do século XX, mas é sobretudo o *Anuário da Sociedade dos Arquitetos Portugueses* (1905-1991) que nos mostra, durante muitos decénios do século XX, as preocupações enquanto classe profissional no país. Naturalmente, tais afirmações eram realizadas ainda enquanto artistas, criadores de formas arquitetónicas, no entanto, com a consciência de os arquitetos necessitarem de uma formação técnica na área da construção a que, por vezes, chamavam de científica. Conforme referiu o arquiteto José Alexandre Soares (1873-1930), Presidente da SAP entre 1906-1911 e 1917-1918:

Arte e Ciência são irmãs gémeas nos países civilizados, colaborando sempre que lhes é possível na obra do progresso, que é a da paz. Portugal afasta-se, porém, d'esta regra geral, o que aqui consignamos com pesar. Efetivamente entre nós o artista não mantém, em geral, intimidade de relações com o profissional da Ciência nem reciprocamente este com aquele (Soares, 1907, p. 39).

⁴ Porto, Faculdade de Economia, 23 a 26 de novembro de 1979.

⁵ Secções: “I - Caracterização da atividade do arquiteto: a sua formação e a sua relação interprofissional”, Francisco Silva Dias (coord.); “II - A prática profissional do arquiteto e a Administração”, Luís Vassalo Rosa (coord.); e “III - Experiências da prática profissional do arquiteto”, Barão Nicolau (coord.).

⁶ 30 maio a 1 junho de 1980.

⁷ O Decreto N.º 73/73, tornado lei em 28/02/1973, considerava que aos arquitetos era devida a Arquitetura. Evocou o facto de haver poucos arquitetos e mal distribuídos pelo País, permitindo que outros profissionais sem formação em Arquitetura pudessem projetar obras de Arquitetura. Depois do 25 de Abril de 1974, nomeadamente a partir da fundação da AAP, os arquitetos iniciaram uma luta pela sua exclusividade no projeto de Arquitetura que culminou com a revogação do Decreto N.º 73/73 e com a publicação da Lei N.º 31/2009, que obriga a haver arquiteto, arquiteto paisagista e engenheiros no projeto da obra de Arquitetura.

⁸ Apesar de haver antecedentes como a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, fundada pela mão de Possidónio da Silva em 1863, que juntou os arqueólogos pois os arquitetos existentes em Portugal eram escassos.

⁹ A obrigação de se formarem Sindicatos para acolher as profissões liberais por parte do Estado Novo sofreu forte resistência por parte das ordens anteriormente constituídas: Médicos, Engenheiros e Advogados. A força política destas três ordens permitiu continuarem como ordens, a falta de força política por parte dos arquitetos justifica a constituição do Sindicato Nacional dos Arquitetos.

¹⁰ 1ª série (1908-1929) e 2ª Série (1930-1934); depois intitulada *A Arquitectura Portuguesa Cerâmica e Edificação (reunidas)*, 3ª Série (1935-1951); *A Arquitectura Portuguesa Cerâmica e Edificação*, 4ª Série (1952-1958).

A *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitetos* (1938-1942), muito irregular nos conteúdos dos seus números, além de apresentar obras maiores do Estado Novo¹¹ e alguns exemplos de uma ação projetual sistematizada¹², dá conta, no seu primeiro número, do 4º Congresso da Reunião Internacional dos Arquitetos (RIA), ocorrido em Paris (julho 1937), mas depois vai-se espraiando num nacionalismo e superficialismo bem ao gosto do regime político ditatorial português.

Foi após uma certa abertura no pós-II Guerra Mundial e através de uma nova geração de arquitetos que ocorreram mudanças profundas no modo de pensar a Arquitetura em Portugal. O Inquérito sobre a Arquitetura Regional Portuguesa¹³ (IARP) veio demonstrar a importância da investigação sistemática para a prática da arquitetura nacional. Procurava-se agora uma aproximação racional, a informação adequada, a valorização da construção (técnica) e do urbanismo na melhoria da ação do arquiteto¹⁴. Se a “geração de compromisso”¹⁵ (Mendes, 1997, p. 14) conhecia a sistematização dos conhecimentos vinda do estrangeiro, a “novíssima geração do movimento moderno em Portugal”¹⁶ (Portas, 1959), numa altura de reconstrução da Europa e de expansão económica sem precedentes dos Estados Unidos, tem um acesso muito mais abundante a essa informação¹⁷. Contudo, foi preciso mais algum tempo para que se assistisse à primeira institucionalização da investigação em Arquitetura em Portugal – com Nuno Portas (n. 1934) no LNEC a partir de 1962. As revistas *Arquitectura* (1946-1984), *Binário* (1958-1977) e *Técnica* (1946-1983) contribuíram para divulgar parte da investigação científica que se produzia no LNEC, porém, foi significativamente maior o número de artigos publicados por engenheiros-investigadores daquele Laboratório do que por arquitetos-investigadores a pesquisar nessa mesma instituição (D’Almeida et al, 2019). A acompanhar esta entrada do estudo da arquitetura no LNEC, os periódicos *Boletim* (1964-1981) do Gabinete Técnico da Habitação (GTH), e *Urbanização* (1966-1974/1975) do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, procuraram também contribuir para divulgar a investigação em arquitetura, nomeadamente disseminando os trabalhos desenvolvidos pelas suas equipas (Pedrosa, 2010; D’Almeida e Marat-Mendes, 2021a). Não esqueçamos igualmente a revista *Análise Social* do Gabinete de Investigações Sociais do Instituto de Ciências Sociais que, desde o seu primeiro número (em 1962), recebeu artigos das diversas ciências – entre as quais as sociais e humanas –, e cujo enfoque recaiu múltiplas vezes na análise de temáticas da arquitetura e do território (Barreto, 1999; Pedrosa, 2010). Assim, importa hoje verificar se, com o surgimento do *Jornal Arquitectos* (*J-A*, 1981-2000) e uma mudança no tipo de conteúdos de um periódico de Arquitetura, uma outra atenção passou a ser dada à investigação.

O presente artigo estrutura-se em cinco partes. Segue-se a esta introdução um panorama breve acerca do aparecimento do *J-A* e apresentação das diferentes chefias. A análise de artigos publicados no *J-A* sobre o exercício da profissão de arquiteto é apresentada na terceira e quarta parte deste artigo. A dualidade arquiteto-técnico/arquiteto-artista em contraste com o arquiteto-investigador é abordada na terceira parte, enquanto os regulamentos da profissão do arquiteto são tratados na parte seguinte. Na quinta e última parte deste artigo expõe-se uma breve discussão sobre quem foram os autores que procuraram o reconhecimento da profissão de arquiteto na sociedade portuguesa e valorizaram a inclusão da investigação na vida profissional, bem como as principais conclusões retiradas da análise efetuada.

¹¹ Com projetos da autoria de Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), Luís Cristino da Silva (1896-1976) ou Francisco Keil do Amaral (1910-1975).

¹² Com projetos de Prisões, da autoria de Cottinelli Telmo (1897-1948) – diretor da revista – e estações de Correios, da autoria de Adelino Nunes (1903-1948).

¹³ Desenvolvido entre 1955-1960.

¹⁴ Os artigos publicados nas revistas *Arquitectura*, 1ª Série (1927-1939), 2ª Série (1946-1956), 3ª Série (1957-1974), 4ª Série (1979-1984), 5ª Série (1985-1988) e *Binário* (1958-1988) revelam bem este panorama (d’Almeida et al., 2019).

¹⁵ A primeira geração (Mendes, 1997).

¹⁶ A terceira e quarta geração (Mendes, 1997).

¹⁷ Não esqueçamos a participação de alguns arquitetos portugueses nos grupos de trabalho da União Internacional dos Arquitetos (Palla, 1967) nomeadamente Carlos Ramos (1897-1969), Manuel Laginha (1919-1985), Fernando Távora (1923-2005), Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Bartolomeu Costa Cabral, Fernando Gonçalves (n. 1946), António Reis Cabrita (n. 1942), entre outros.

2. O *Jornal Arquitectos*

O 2º Congresso da AAP (1981), que também ocorreu no LNEC¹⁸, teve repercussões imediatas na publicação de revistas da especialidade. A maioria das revistas de Arquitetura existentes na época destinava-se à comunicação entre a classe. O *Jornal Arquitectos (J-A)*, criado em 1981, destacou-se entre as demais por se dirigir também aos promotores (Gomes, 1981), alargando a sua audiência e sensibilizando a sociedade civil para as questões da Arquitetura, promovendo a afirmação do papel do arquiteto na comunidade. Enquanto publicação oficial da Secção Regional do Sul (SRS) da AAP, o *J-A* destinava-se a todos os associados¹⁹ – refletindo-se numa tiragem inicial de 3.000 exemplares (Nunes, 2019) – excluindo, afinal, a maioria dos promotores.

Entre 1981 e 2000 o *J-A* contou com seis direções: 1ª) António Mattos Gomes²⁰ (1930-2019); 2ª e 5ª) Francisco Silva Dias²¹; 3ª) Gonçalo Byrne²² (n. 1941); 4ª) Fernando Gonçalves²³; e 6ª) Michel Toussaint²⁴ (n. 1946). Preocupações relacionadas com a prática profissional fizeram-se refletir logo nos primeiros números, mas terá esta inquietação contemplado a prática da investigação em Arquitetura e Urbanismo refletindo-se no exercício da profissão?

A primeira direção do *J-A*, levada a cabo pelo primeiro Presidente da SRS-AAP (1974-1977), António Mattos Gomes, ficou marcada por uma certa irregularidade na periodicidade da publicação desta revista, que originalmente se pretendia mensal (Gomes, 1982). Com Francisco Silva Dias na 2ª e 5ª direções²⁵, não só houve uma preocupação para que esta lacuna na periodicidade fosse ultrapassada²⁶, garantindo uma carteira de publicidade (Anexo 1, Ref.^a 67), como ganharam também relevo as temáticas relacionadas com o Património e o Urbanismo (Figueira, 2005). Poder-se-á dizer que o interesse pela inclusão destas duas temáticas terá emergido do contacto de Silva Dias com a investigação: primeiro com a investigação analítica, aquando da sua participação no IARP²⁷; depois com a investigação prática, aquando da sua integração na equipa do GTH (1960-1967); e, anos mais tarde, com a investigação científica, quando teve a oportunidade de realizar um estágio sobre técnicas de Urbanismo e do Ordenamento do Território no *Centre Scientifique et Technique du Bâtiment* em Paris (1966) e integrou a equipa da Divisão de Construção e Habitação (DCH) do LNEC (1970), para ali desenvolver um trabalho de investigação sobre habitação evolutiva (Dias e Portas, 1971; Dias, 2018; d'Almeida et al, 2020).

A tiragem do *J-A* aumentou significativamente com Byrne na direção, chegando aos 8.000 exemplares impressos²⁸, sendo um determinado número colocado à venda em livrarias e quiosques para, como ansiado, chegar aos leitores não arquitetos. Esta nova fase seria marcada pela edição de números temáticos dedicados ao ensino e à crítica da Arquitetura, com particular destaque para a criação do “Concurso de Texto Crítico de Arquitetura” (Byrne, 1986). Por esta altura, como referiu Gonçalo Canto Moniz, Byrne havia já dado provas da sua “vinculação científica” (Moniz, 2011, p. 446), nomeadamente através da submissão do seu relatório de estágio – “Método de Arquitetura”, apresentado à Escola de Belas Artes de Lisboa (EBAL) em 1968 (Moniz, 2010) e publicado na revista *Arquitectura* (Byrne, 1969) –, e da sua passagem pelo LNEC (1969) (D'Almeida et al, 2020), onde desenvolveu a investigação intitulada *Racionalização do Processo de Projeto - Coordenação Dimensional Modular* (Byrne e Portas, 1970). No *J-A*, Byrne defendeu ser necessário “refletir sobre a obra produzida, o modo da sua elaboração, os pressupostos teóricos que o sustentam, o ajuste aos meios disponíveis e aos objetivos pretendidos significa romper esse ciclo fechado” (Anexo 1, Ref.^a 35, p. 3). Enquanto editor do *J-A* Byrne criou também um “Dossier Ensino”, que integrou

¹⁸ De 12 a 15 de novembro de 1981.

¹⁹ Cerca de 3.000 no início da década de 1980 (Anexo 1, Ref.^a 6). Conforme indicou Raul Coelho num artigo publicado no *J-A*, “só da escola de Lisboa saíram, entre 1975 e 1985, dois mil arquitetos formados” (Anexo 1, Ref.^a 45, p. 5), não sendo divulgado o número de arquitetos formados pela Escola de Belas Artes do Porto.

²⁰ De novembro de 1981 a novembro/dezembro de 1982.

²¹ De janeiro/fevereiro de 1983 a janeiro/fevereiro de 1985 e de janeiro de 1990 a janeiro de 1993.

²² De março 1985 a maio de 1987.

²³ De junho de 1987 a dezembro de 1989.

²⁴ De fevereiro 1993 a fevereiro 2000.

²⁵ Acumulando o cargo de Presidente da AAP entre 1990-1992.

²⁶ A preocupação de Silva Dias no tratamento gráfico deste periódico levou a que, a partir do Nº 33/34, passasse a ser impresso a cores (Nunes, 2019).

²⁷ Zona 4 - Estremadura: Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), António Pinto Freitas (1925-2014) e Francisco Silva Dias (AAVV, 1961).

²⁸ Reduzindo posteriormente para 6.000 (com Fernando Gonçalves na direção). Nesta altura, a AAP contava com 2.730 arquitetos inscritos (Anexo 1, Ref.^a 37).

a temática da “investigação”²⁹ como questão-chave, tendo para isso recorrido a depoimentos de profissionais para oferecer aos leitores “o estado das coisas”³⁰ (Anexo 1, Ref.^a 43, p. 3).

Fernando Gonçalves acumulou durante dois anos o lugar de arquiteto-investigador do LNEC (1970-2008) com a direção do *J-A*³¹ (1987-1989). Procurando dar continuidade ao trabalho editorial anteriormente levado a cabo por Byrne, retomou o concurso de textos críticos de arquitetura (Anexo 1, Ref.^a 52), e justificou a incessante necessidade de “fomentar a consciência coletiva dos arquitetos, nomeadamente através de um diálogo crítico e debate de ideias” (Gonçalves, 1987, p. 2). Nos números que dirigiu publicou entrevistas a alguns arquitetos portugueses, tais como Álvaro Siza (n. 1933), Alcino Soutinho (1930-2013), Silva Dias, José Charters Monteiro (n. 1944) e Pedro Botelho (n. 1948).

A direção do *J-A* levada a cabo por Michel Toussaint foi a mais extensa (1993-2000), englobando o importante momento de passagem da AAP para Ordem dos Arquitectos (OA), com a aprovação do decreto-lei N° 176/98 de 3 de julho de 1998, que incumbe a OA de, entre outras funções, “pronunciar-se sobre legislação relativa ao domínio da Arquitetura e aos atos próprios da profissão de arquiteto” (DL 1998).

Quando estávamos a aprovar a Ordem dos Arquitectos – eu, o Fernando [Gonçalves] e toda a equipa do *Jornal Arquitectos* – fizemos umas diretas para que no dia em que os parlamentares foram votar o nascimento da Ordem, em cada cacifo de cada deputado estivesse lá um *Jornal Arquitectos* a defender o nascimento da Ordem dos Arquitectos (Aguiar, 13/11/2019).

Este período abrangeu a chefia da AAP (depois OA³²) conduzida pela arquiteta Olga Quintanilha (1942-2015), cujo rumo esteve centrado na discussão da definição da profissão, no relacionamento da OA com a sociedade civil e nas questões da acreditação do ensino da Arquitetura (Correio da Manhã, 2001/02/04). Ao longo dos últimos (sete) anos do século XX, verifica-se que o *J-A* centrou-se sobretudo no debate da prática arquitetónica, na “reflexão crítica em torno da Arquitetura e do que os arquitetos fazem” (Toussaint, 1993, p. 9) e “o que o arquiteto pode fazer?” (Anexo 1, Ref.^a 76, p. 14), temática que chamou a atenção de um leque mais variado de interessados, justificando um aumento progressivo da tiragem, que chegou aos 10.000 exemplares impressos. Levantam-se então as questões: Quem foram os arquitetos que mais se debruçaram sobre o exercício da profissão e a prática da investigação? E por que motivo o fizeram?

O exercício da profissão de arquiteto continua a despertar o interesse de vários autores, também eles arquitetos (Coelho, 2008; Santana, 2010; Croft, 2001, Fagulha, 2016). Mais recentemente, o tema da investigação científica em Arquitetura tem surgido igualmente como alvo de reflexão (Gil, 2016; Carvalho, 2012; D'Almeida et al., 2019, 2020; Krüger, 2013; Marat-Mendes et al. 2021). Apesar de novas pistas terem sido introduzidas para a análise destes dois assuntos face à publicação periódica *J-A* (Alves, 2021; Filipe, 2016; Nunes, 2019; Reis, 2007), no que concerne ao exercício da profissão de arquiteto e à consideração da investigação no desenvolvimento deste exercício, esta temática ainda não foi alvo de um tratamento rigoroso. Apesar de Ana Isabel Ribeiro, para marcar a centena de números editados do *J-A*, ter agrupado os assuntos publicados em 15 temáticas dominantes³³, a temática da investigação não foi identificada como tema por si mesmo. Contudo, podemos identificar a temática da investigação como coberta pelos temas: “Ensino da Arquitetura e Formação do Arquiteto”, “Acontecimentos Associativos”, “Sobre a AAP” e “Teoria” (Anexo 1, Ref.^a 68).

²⁹ “Condições, estímulos e perspetivas? b) Que relacionamento com o ensino? c) atividade editorial e acessibilidade ao exterior?” (Anexo 1, Ref.^a 43).

³⁰ Na sequência da abertura deste dossier surgem publicados testemunhos de Carlos Tamm (n. 1954), Raul Coelho (n.?), Maria Calado (n. 1948), Alexandre Alves Costa (n. 1939), Frederico George (1915-1994), Fernando Távora, entre outros (ver Anexo 1).

³¹ Com José Aguiar (n. 1961) – arquiteto-investigador do LNEC desde 1985 (até 2005) – como subdiretor, chefe de redação e membro do conselho de redação do *J-A* (entre 1987-1999) (Aguiar, 13/11/2019).

³² AAP: 1996-1998; OA: 1999-2001.

³³ 1) Acontecimentos da Arquitetura; 2) Arquitectos; 3) Assuntos Colaterais da Arquitetura; 4) Concursos, Resultados e Projetos Premiados; 5) Crítica; 6) Ensino da Arquitetura e Formação do Arquiteto; 7) História; 8) Legislação; 9) Ofício, Prática Profissional e Experiências e Saberes; 10) Património; 11) Prémios de Arquitetura e Projetos Premiados; 12) Questões Urbanas e Território; 13) Sobre a AAP: i) Acontecimentos Associativos; ii) CEE; iii) Congressos; iv) Eleições; v) Encomenda, Concursos e Honorários; vi) Ética e Deontologia; vii) Legislação; viii) Núcleos; ix) Património Edificado; x) Profissão, Direito e Estatutos da Profissão; xi) Regulamentos; xii) Relações Internacionais; xiii) Relatórios de Atividade, Orçamentos e Planos; 14) Sobre o *Jornal dos Arquitectos*; 15) Teoria (Anexo 1, Ref.^a 68).

Dos 194 números publicados durante 19 anos do *J-A* (1981-2000), identificaram-se 82 artigos particularmente dedicados à temática do exercício da profissão. Estes 82 artigos integram uma base de dados apresentada em anexo a este estudo (Anexo 1). A análise efetuada a cada um destes artigos permite verificar qual o papel do arquiteto na sociedade portuguesa dos anos 1980 e 1990, e se este contemplava a investigação como suporte teórico para a sua prática profissional.

Figura 1. Jornal Arquitectos, diversas capas



Nota: Números 1 (nov. 1981), 24/25 (jan./fev. 1984), 33/34 (jan./fev. 1985), 35/36 (mar. 1985), 58 (jun. 1987), 79 (set. 1989), 83/84 (jan./fev. 1990), 120 (fev. 1993) e 194 (jan./fev. 2000).

Fonte: Biblioteca Francisco Keil do Amaral, Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul.

3. A prática da investigação: Arquiteto-Técnico/Arquiteto-Artista vs. Arquiteto- Investigador

Do “super artista” autor, orquestrador de obras excepcionais e personalizadas nos grandes clientes, ao projetista de hoje que planeia a construção de massa por forma a assegurar, antes do mais, que responda a funções humanas, económicas e técnicas estandardizadas, propondo para habitat uma nova ordem no ambiente físico, uma nova organização e distribuição das atividades no espaço da vida quotidiana (Portas, 1965, p. 517).

No início da década de 60 do século XX, Nuno Portas “deu bastante importância às Ciências Humanas como modelo disciplinar e base de conhecimento para a atuação dos arquitetos” (Toussaint, 2009, p. 165), tendo iniciado a orientação de uma equipa de arquitetos na DCH do LNEC para desenvolvimento de estudos e metodologias de investigação relacionadas com as temáticas da Arquitetura e do Urbanismo³⁴ (D’Almeida et al., 2019; D’Almeida e Marat-Mendes, 2021b). Desperto para a importância da investigação, publica a obra *A Arquitetura para Hoje* (1964), onde clarifica as “implicações do fazer arquitetura” e defende a “coincidência de investigação e didática” (Portas, 2008, p. 23). Na publicação *A Cidade como Arquitetura* (1969) destaca que “o arquiteto pode, legitimamente, reivindicar uma posição insubstituível, baseada na contribuição histórica e teórica de uma disciplina formada e dinâmica, à qual deverá, naturalmente, corresponder, pelo ensino escolar-permanente e gradual investigação-experimentação, uma capacidade geral de classe profissional” (Portas, 2007, p. 123). Fruto do seu percurso profissional, dedicado simultaneamente à prática, à investigação e ao ensino da Arquitetura, Nuno Portas valorizou a experimentação, o trabalho de campo e a “experiência pessoal” para a boa prática da Arquitetura (Portas, 2005, p. 71; Portas, 2008, p. 44).

Alguns dos arquitetos que integraram a equipa de investigadores da DCH do LNEC ocuparam também lugares de chefia na edição do *J-A*³⁵, ou participaram com a publicação de artigos sobre o exercício da profissão de arquiteto (Anexo 1), incluindo: Francisco Silva Dias, António Reis Cabrita, Gonçalo Byrne, Nuno Portas, Fernando Gonçalves, Alexandre Alves Costa e José Aguiar. Curiosamente, entre estes arquitetos-investigadores não se identifica no *J-A* – nem tão pouco nas revistas *Arquitetura* (1946-1984), *Binário* (1958-1977) ou *Técnica* (1946-1983) (D’Almeida et al, 2019) – qualquer artigo de Maria da Luz Valente Pereira (n. 1934), arquiteta que, por trinta anos, desenvolveu investigação em Arquitetura e Urbanismo no LNEC (D’Almeida & Marat-Mendes, 2020; Pedrosa & Antunes, 2020). Dedicada primeiramente aos inquéritos à habitação, depressa se começou a interessar pelas temáticas do Urbanismo e do Planeamento Municipal, tendo sido por diversas vezes convidada a proferir palestras no estrangeiro³⁶ (Pereira, 24/15/2017). Em Portugal, fora do LNEC, publicou nas revistas *Análise Social* (Pereira, 1973) e *Sociedade e Território* (Pereira, 1990), dois periódicos fortemente ligados a temas da sociologia. Fica a dúvida: Terá o “mundo das publicações periódicas de Arquitetura” descurado a divulgação do trabalho desta arquiteta-investigadora ou não era do seu interesse ali divulgar o trabalho que desenvolvia num Laboratório de engenheiros?

O 2º Congresso da AAP deixou claro que, para se debater a prática profissional da Arquitetura, não é possível separar a “Prática” da “Formação”. Todavia, por esta altura o LNEC parece ter sido excluído das instituições que promoviam este diálogo. Conforme evidenciado no *J-A*, recomendava-se que a AAP diligenciasse encontros com os docentes das duas Escolas de Arquitetura do país (Lisboa e Porto) e aproveitasse a vinda de personalidades do mundo da Arquitetura a estas instituições de ensino (Anexo 1, Ref.ª 2). Negligenciava-se assim a experiência dos arquitetos-investigadores do LNEC que, mesmo durante o regime ditatorial, tanto participavam em conferências e em missões ao estrangeiro, como assistiam regularmente a palestras proferidas por profissionais nacionais e estrangeiros que se deslocavam a este Laboratório (d’Almeida et al., 2000).

³⁴ A investigação ali desenvolvida destinava-se, sobretudo, a apoiar a prática de projeto, particularmente a diretamente ligada à habitação, mas alguns dos temas desenvolvidos nasceram também da escolha individual do arquiteto-investigador (Gonçalves, 06/11/2019).

³⁵ Francisco Silva Dias, Gonçalo Byrne, Fernando Gonçalves e José Aguiar.

³⁶ Nomeadamente em Faculdades de Arquitetura do Brasil – São Paulo, Minas Gerais e Brasília (D’Almeida e Marat-Mendes, 2021a).

António Reis Cabrita, arquiteto-investigador daquela instituição³⁷, sensível à importância de um contacto interdisciplinar e transfronteiriço, defendeu no *J-A*, num artigo sobre a responsabilidade e o exercício da profissão, que os arquitetos portugueses deviam “lutar contra o isolacionismo que as dificuldades e natureza económica criaram coartando progressivamente a sua mobilidade” (Anexo 1, Ref.^a 22, p. 8). Mas Frederico George, ao ser entrevistado pelo *J-A*, lembra-nos que o “tradicional arquiteto tipo *Beaux Arts*”, que estava na génese da formação do arquiteto da Escola de Belas Artes nacionais, era “avesso aos aspetos científicos” (Anexo 1, Ref.^a 4, p. 17). Era, pois, a cientifização da Arquitetura, do ato de projetar/planejar, que se procurava desenvolver no LNEC³⁸. Por esta altura, do arquiteto esperava-se um artista – não um investigador – e se o arquiteto difere dos outros técnicos é porque “o seu fazer é um fazer artístico”, como referiu Manuel Tainha (1922-2012) no *J-A* (Anexo 1, Ref.^a 55, p. 12). Por sua vez, Byrne apontou que o arquiteto se diferencia “dos outros artistas, porque se pretende construir algo, depende do apoio do mundo que o rodeia e do acordo dos que detêm o poder político e financeiro” (Anexo 1, Ref.^a 28, p. 3). Tainha lembra-nos que se vivia um tempo em que “a estranha opinião de que um artista não pensa e de que um investigador científico não faz outra coisa senão pensar” (Anexo 1, Ref.^a 9, p. 8) parecia continuar a assustar a classe, que admitia interrogar-se somente enquanto desenvolve (isoladamente) o projeto³⁹.

Em meados da década de 1980, a prática académica andava em torno da simulação da prática profissional (Anexo 1, Ref.^a 41), da “intervenção imaginária sobre um problema imaginário, e [da] intervenção imaginária sobre um problema real”⁴⁰ (Anexo 1, Ref.^a 7, p. 6). Mas esta simulação podia levar “o aluno a convencer-se de que o papel do arquiteto é (só) produzir desenhos” (Anexo 1, Ref.^a 7, p. 6). Dada a sua participação enquanto copromotor e coorganizador do IARP, Tainha admitiu, contudo, que a investigação podia ser um “caminho alternativo aberto quer à escolaridade, quer à profissão, nisso se confirmando a complementaridade”, defendendo que a escola devia “inculcar ao aluno um método de pesquisa do conhecimento do mundo e de si próprio” e que os arquitetos deviam procurar “preencher as zonas de fronteira com os nossos companheiros do lado (engenharia, ciências sociais e ciências do homem)” (Anexo 1, Ref.^a 7, p. 6). Byrne também apontou no *J-A* que as Escolas de Arquitetura são “lugares de investigação e debate privilegiados” (Anexo 1, Ref.^a 43, p. 6).

Debruçando-se “em torno da condição disciplinar da Arquitetura” e das duas Escolas de Arquitetura, Manuel Mendes (n. 1949) esclareceu no *J-A* que o saber do arquiteto, num tempo de pós-modernidade, devia ser alargado à investigação teórica e histórica, e os centros de ensino deviam ser reconhecidos como centros de investigação aplicada (Anexo 1, Ref.^a 54). Se em Lisboa, por esta altura, a aprendizagem era colocada “num autodidatismo experimental (...) recetivo às experiências externas”, no Porto, reconhecia-se ainda “a prática artística do projeto” (Anexo 1, Ref.^a 54, p. 5). Também Fernando Távora defendeu a “especialização generalista”, aquela que “conduz à criação de propostas formais com capacidade de síntese e valor cultural que não conheça limites na sua dimensão física ou na sua especificidade funcional” (Anexo 1, Ref.^a 20, p. 5). Na sua opinião o arquiteto “deverá ser o coordenador responsável de todas as disciplinas que condicionam e determinam a sua conceção” (Anexo 1, Ref.^a 20, p. 5).

Ora, desde a década de 1960 que, no LNEC, era promovido o estudo da Arquitetura e do Urbanismo por via de metodologias de investigação interdisciplinares, colocando em diálogo – para lá do projeto⁴¹ – profissionais diversificados, sediados num só local⁴². Esta era uma vantagem percecionada por Nuno Portas que ali identificou o benefício de “constituir equipas de pesquisa com gente das ciências humanas e das engenharias e dar prioridade a trabalhos de campo sobre as perceções e uso dos espaços” (Portas 2005, p. 71).

³⁷ Obteve o grau de Especialista em Arquitetura e Urbanismo pelo LNEC em 1978 e, em 1987, passou a Investigador Coordenador (Cabrita, s.d.).

³⁸ Racionalizando e incorporando conhecimentos (técnicos e científicos) de áreas disciplinares afins.

³⁹ É preciso não esquecer que, por esta altura, os arquitetos recorriam habitualmente a manuais como o de Ernest Neufert ou de Enrico Griffini, cujas publicações eram dedicadas a certos tipos arquitetónicos, para além de revistas de Arquitetura estrangeiras (como *Architect's Journal*) que apresentavam projetos e obras, muitas vezes com desenhos de pormenor e textos críticos (Toussaint, 2009).

⁴⁰ No *J-A* Vasco Massapina (1947-2012) lembrou o primeiro projeto que teve que desenvolver para a cadeira de Arquitetura Analítica (1965) – fazer o levantamento do seu quarto (Anexo 1, Ref.^a 23, p. 6).

⁴¹ Onde o arquiteto trabalhava com engenheiros e outros profissionais.

⁴² Como referiu Silva Dias aos autores deste artigo, dada a novidade e uma certa inexperiência por parte dos investigadores, por vezes “a metodologia era mais ‘cada um por si’, um pouco pela intuição” (Dias, 20/09/2017).

Manuel Graça Dias (1953-2019), no *J-A*, chamou a atenção para o facto de ter pertencido a uma geração de arquitetos que frequentou escolas “onde os inquéritos vários se sobrepunham com mediocridade a qualquer arremedo poético, a qualquer tímida especulação estética” (Anexo 1, Ref.^a 38, p. 82)⁴³. Mas, segundo Alexandre Alves Costa⁴⁴, estes inquéritos constituíram o “corte mais radical com o ensino tradicional” (Costa, 1982, p. 50). Como se verifica, a reforma do ensino da Arquitetura de 1957⁴⁵ culmina numa valorização do arquiteto-técnico⁴⁶, procurando a conciliação entre o ensino artístico, ministrado nas Belas Artes, e o ensino técnico-científico, ministrado na Faculdade de Ciências. Consequentemente, foram introduzidas “matérias disciplinares de carácter científico” (Anexo 1, Ref.^a 48, p. 12) – Arquitetura Analítica, Curso Geral de Química, Curso Geral de Física, Sociologia Geral, Geografia Humana, Economia, Conjugação das Três Artes, e Higiene e Equipamento⁴⁷ (Anexo 1, Ref.^a 48) –, o que conduziu os professores de Arquitetura de Lisboa “a solicitar a colaboração do LNEC no acompanhamento dos seus programas, facilitando assim a ponte com as disciplinas técnico-científicas (Matemática, Física, Química, Geometria, Estruturas, etc.) e com as disciplinas de Construção” (Moniz, 2011, p. 514). Na Escola passou a haver em simultâneo o “professor-investigador” e o “professor-projetista” (Moniz, 2010), no LNEC o investigador era preferencialmente arquiteto-investigador-professor-projetista, como veremos. Mas esta tentativa de “ensino globalizante” (Anexo 1, Ref.^a 47, p. 8) teve a sua implementação dificultada em Lisboa, particularmente quando no concurso para um lugar de professor (1968-1969), saiu vencedor Frederico George em detrimento de Nuno Portas que, como vimos, defendia também o lado didático da investigação.

Certo é que alguns arquitetos-investigadores do LNEC chegaram a ser, durante um determinado período de tempo, docentes do curso de Arquitetura⁴⁸. Em Lisboa, Nuno Portas não só procurou “desenvolver um projeto pedagógico objetivo e sustentado nos métodos científicos” (Moniz, 2011, p. 548), como levou metodologias e resultados dos trabalhos que desenvolveu naquele Laboratório para as suas aulas (Fazenda, 2017; Gonçalves, 2019). Silva Dias, que também lecionou na EBAL, salientou no *J-A* que, pelo facto de se verificar que “antigos alunos regressam como docentes à Escola que os formaram”, não só estes “poderiam constituir interlocutores privilegiados no diálogo ‘escola-classe’” (Anexo 1, Ref.^a 41, p. 7), como, no caso de serem arquitetos-investigadores, poderiam igualmente constituir importantes interlocutores entre “investigação-classe”, o que aconteceu ocasionalmente⁴⁹. Indubitavelmente, também para o *J-A*, Nuno Portas defendeu que, para a consolidação da Arquitetura e do Urbanismo é fundamental um “apoio de retaguarda que passa pela investigação”, que o “arquiteto tradicional se habituou a não esperar ou de que desconfia” (Anexo 1, Ref.^a 53, p. 7). Mas, para isso, há que ter em consideração uma melhor formação escolar (e pós-escolar), manuais, documentos normativos e a partilha de experiências, “coisas estas em que estamos, ao contrário dos nossos colegas estrangeiros, na cota zero”⁵⁰ (Anexo 1, Ref.^a 53, p. 7) – como verificado, por exemplo, quando estabeleceu contactos com diversos organismos por ocasião do VIII Congresso da União Internacional dos Arquitetos, ocorrido em 1965, em Paris (Portas, 1965).

4. Estatuto da profissão de arquiteto: Código Deontológico

No início da década de 1980, dada a ausência de normas que indicassem os deveres e as obrigações do arquiteto, no espírito das conclusões do 2º Congresso, a classe, através da sua Associação, discutiu veementemente a criação de um código deontológico da profissão. A profissão de arquiteto foi sempre entendida como liberal, entre a

⁴³ Lixa Filgueiras iniciou, no ano letivo de 1961-62, a elaboração de “inquéritos urbanos” (Moniz, 2011, p. 484).

⁴⁴ Alves Costa fizera o seu estágio no LNEC (1965-1966), ali desenvolveu, sob a orientação de Nuno Portas (e supervisão de Lixa Filgueiras), a investigação científica “racionalização de soluções da habitação” (Costa e Portas, 1966).

⁴⁵ Decreto-Lei n.º 41362, de 14 de novembro de 1957.

⁴⁶ Em paralelo com o reconhecimento do Movimento Moderno no País.

⁴⁷ Desaparece do curriculum: Estilos Ornamentais, Ornamentação do Natural, Estudo Comparado (Desenho e Modelação), Desenho de Figura do Antigo (Cabeça e Torso), Ordens e Trechos Arquitetónicos, Estilização, e Composição Ornamental (George, 1987).

⁴⁸ Nomeadamente: Nuno Portas, EBAL 1964-1969; Silva Dias, EBAL 1967-1970; Costa Cabral, EBAL 1967-1969; Alves Costa, EBAP 1979-2010; José Aguiar, Universidade Lusíada de Lisboa 1988-2003 e Universidade de Coimbra 1991-1992; António Reis Cabrita, Universidade de Coimbra 1989 a 2002 e Universidade Católica Portuguesa 2004-; Fernando Gonçalves, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006-2009, entre outros.

⁴⁹ Nomeadamente em colóquios, encontros e conferências, onde determinados arquitetos-investigadores do LNEC apresentaram à restante classe algumas das temáticas de investigação por si desenvolvidas (como por exemplo nos encontros da UIA).

⁵⁰ Vejam-se, por exemplo, as referências bibliográficas apresentadas pelos investigadores do LNEC que, na ausência de estudos de origem portuguesa, contemplam maioritariamente publicações estrangeiras ou a lista de obras doadas por Nuno Portas à Universidade do Minho.

independência profissional e uma exigência de consciência crítica. A proposta colocada à discussão e publicada no *J-A* para mais facilmente chegar a toda a classe, definia a atividade do arquiteto “na participação no ato de construir, no ordenamento físico do espaço, na conceção do enquadramento edificado das atividades humanas do território, através da elaboração de projetos, planos ou pareceres” (Anexo 1, Ref.^a 5, p. 20). Um ano mais tarde, no 3º Congresso da AAP⁵¹ (1984), aprovou-se a proposta da Direção da SRS para o estatuto da profissão de arquiteto em Portugal (Anexo 1, Ref.^a 50) (Figura 2), mas para isso apelou-se primeiramente à participação. Toussaint, num artigo publicado no *J-A*, dirigiu-se aos docentes reforçando a importância de ver naquele congresso aqueles que se dedicam ao ensino de jovens candidatos à profissão (Anexo 1, Ref.^a 11, p. 5); e Reis Cabrita⁵² procurou captar a atenção de potenciais interessados por via da importância da investigação para a Arquitetura, como contributo “para o avanço dos conhecimentos e estabelecimentos de novos equilíbrios Homem/Meio/Sociedade” (Anexo 1, Ref.^a 12, p. 5).

Figura 2. Votação a propósito do estatuto da profissão de arquiteto, 3º Congresso APP (1984)



Fonte: *J-A*, Nº 26 (mar. 1984), p. 8.

Definia o estatuto que “a ação do arquiteto requer domínio de conhecimento, criatividade, experiência, integridade e a aquisição permanente de preparação técnica, artística e humanística necessária às funções para que é solicitado” (Anexo 1, Ref.^a 17, p. 8). Tal como vinha a suceder em Itália⁵³, tratava-se de defender os arquitetos que “lutaram pelo seu reconhecimento como técnicos” (Anexo 1, Ref.^a 13, p. 9)⁵⁴. Como nos revelou Silva Dias, o facto de ele

⁵¹ Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes, 2 a 5 de abril de 1984.

⁵² Naquele tempo Chefe do Núcleo de Arquitetura. Depois da criação da Divisão de Construção e Habitação (1961-1969), a investigação da arquitetura e do Urbanismo no LNEC passa a ter lugar na: Divisão de Arquitectura (1969-1979); Núcleo de Arquitectura (1979-2002); Grupo de Urbanismo e Planeamento Municipal (1987-1997); Núcleo de Arquitectura e Urbanismo (2002-2013); e Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (2013-atualidade).

⁵³ Participou neste congresso o *Consiglio Nazionale degli Architetti Italiani*, representante de 35.000 arquitetos italianos, e naquele encontro representado pelos arquitetos Marco Rossi (n. 1966) e Mario Struzzi (m. 2014) (Anexo 1, Ref.^a 17, p. 13).

⁵⁴ Desde *O Primo Basílio* de Eça de Queiroz que, como destacou Pedro Brandão (n. 1950), o engenheiro era “o grande herói” (Anexo 1, Ref.^a 21, p. 5).

próprio e de Nuno Portas terem aceiteado o cargo de arquitetos-investigadores num laboratório de engenharia e de, de certo modo, “terem passado para o lado dos engenheiros”, chegou a ser motivo de estranheza e crítica (Dias, 2017; Dias, 2018). Manuela Fazenda (n. 1947), arquiteta que, enquanto estudante, passara pelo LNEC para fazer investigação, confessou a admiração dos seus colegas (Fazenda, 2017) e Maria da Luz Valente Pereira reconheceu com espanto que, durante muito tempo, era praticamente a única mulher arquiteta-investigadora nas reuniões em que participava, fosse em Portugal ou no estrangeiro (Pereira, 2017).

Apesar do esforço da equipa de arquitetos-investigadores do LNEC, a verdade é que, como referiu Reis Cabrita no *J-A*, em meados da década de 1980 não existia “uma suficiente e necessária participação dos arquitetos no desenvolvimento e sistematização dos conhecimentos sobre as transformações do meio físico e edificado” (Anexo 1, Ref.^a 22, p. 7). Isto levou ao subaproveitamento do arquiteto pela sociedade portuguesa e pelo Estado (Anexo 1, Ref.^a 26), em parte também por culpa dos media, das escolas e do reduzido investimento na investigação. Dos media porque diminutamente focavam temas da Arquitetura – palavra “desconhecida” (Anexo 1, Ref.^a 39, p. 21) –, do seu papel “e da sua importância na transformação qualitativa do espaço e sua relevância sociocultural” (Anexo 1, Ref.^a 22, p. 7). Falha das Escolas por tardiamente terem criado núcleos de investigação em Arquitetura e Urbanismo⁵⁵. Finalmente, do parco investimento em investigação que, somente em meados da década de 1990, viria a ser impulsionado por Mariano Gago (1948-2015) enquanto Ministro da Ciência e da Tecnologia (1995-2002) do XIII Governo Constitucional⁵⁶ (Heitor e Rodrigues, 2015; D'Almeida e Marat-Mendes, 2021a).

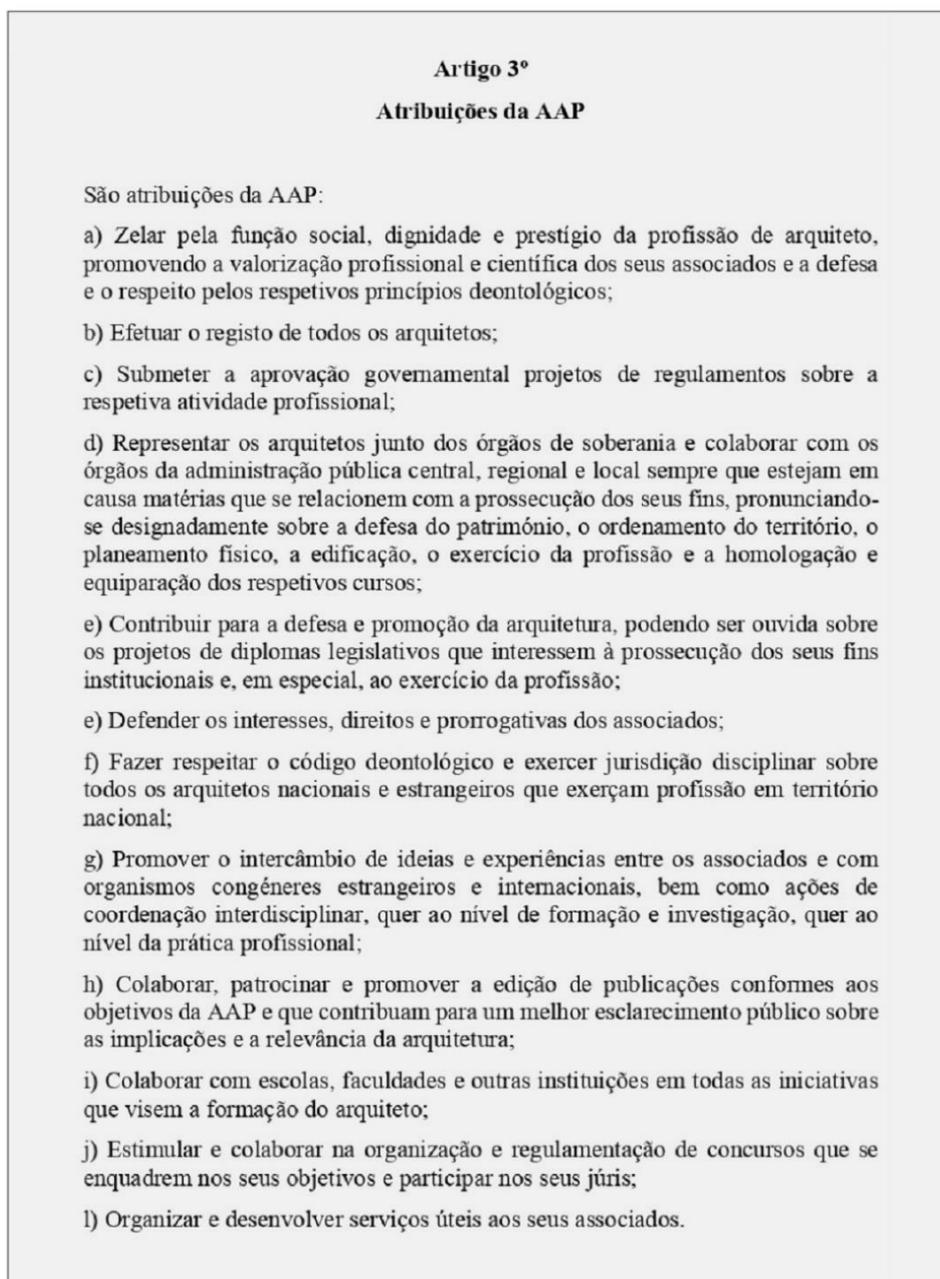
Face às transformações ocorridas na sociedade portuguesa (Anexo 1, Ref.^a 40), como defendeu Pedro Brandão num artigo publicado no *J-A*, cabia à AAP, enquanto instituição independente, promover a Arquitetura e dignificar a profissão, nomeadamente: “reclamar dos poderes públicos, responsáveis, a definição de políticas claras de qualidade: no ordenamento do território (articulado com a regionalização) na produção de habitação de promoção pública (central, regional e local); cooperativa e privada; na renovação urbana; no planeamento e execução de infraestruturas e equipamentos; na política de solos” (Anexo 1, Ref.^a 40, p. 6) (Figura 3). Afinal, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, não só não era aceitável que a Arquitetura fosse exercida por outros profissionais que não arquitetos (Anexo 1, Ref.^a 30, p. 15; Anexo 1, Ref.^a 50) como, “o direito de livre circulação de arquitetos estrangeiros no nosso país” (Anexo 1, Ref.^a 41, p. 7), impunha uma rápida afirmação do nosso profissional arquiteto.

Justifica-se ainda lembrar a inexistência de uma regulamentação oficial dos honorários dos arquitetos. Se até ao 25 de Abril de 1974, as remunerações dos arquitetos eram regulamentadas pelo Ministério das Obras Públicas, a partir da segunda metade dos anos 1980, com a entrada na CEE e de acordo com as regras de concorrência, o Governo português teve que restringir a fixação de honorários. Mas é interessante lembrar que um dos argumentos para a sua existência (em termos de honorários mínimos) era a necessidade de acumular informação, de investigar, para assentar solidamente o desenvolvimento dos projetos, o que exigia mais tempo e dinheiro.

⁵⁵ O Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto foi criado somente em 1994 e o Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (CIAUD), em 2006. Contudo, desde 1980, no ISCTE, o Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (NEUT), integrado no Centro de Estudos de Sociologia, dedicava-se à investigação em torno das questões urbanas. O Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, foi criado em 2012 e, mais recentemente, o Centro de Investigação em Território, Urbanismo e Arquitetura (CITUA) do Instituto Superior Técnico. Na ausência de centros de investigação, alguns investigadores foram desenvolvendo o seu trabalho de pesquisa a título individual – como por exemplo José Augusto França, Pedro Vieira de Almeida ou Augusto Pereira Brandão que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, publicam matérias centradas em temáticas da história da arquitetura.

⁵⁶ A passagem dos cursos de Arquitetura das Escolas de Belas Artes para a Universidade (1979) foi um passo importante para o início da prática da investigação (mais ou menos extensiva), com a elaboração de mestrados e doutoramentos.

Figura 3. Atribuições da AAP



Fonte: Decreto n.º 465/88 de 15 de dezembro de 1988.

Lembremos por último a 1ª Exposição Nacional de Arquitetura, igualmente divulgada no *J-A*. Promovida pela SRS e patente na Sociedade Nacional de Belas Artes (1986), nesta mostra foram expostos um conjunto de projetos e obras realizadas entre 1975-1985. Segundo Michel Toussaint, estas obras revelam “que os arquitetos fazem de tudo, no campo da Arquitetura/Urbanismo, desde a cadeira ao Plano Diretor Municipal”⁵⁷ (Anexo 1, Ref.^a 32, p.

⁵⁷ Ideia reforçada no 6º Congresso da AAP (Convento do Beato, Lisboa, 4 a 6 de junho de 1992) (Anexo 1, Ref.^a 72).

9). Porém, como se verifica, ali foram expostos trabalhos resultantes de projetos submetidos a concurso, não tendo sido contemplado qualquer trabalho específico de investigação em Arquitetura e/ou Urbanismo. Contudo, poder-se-á dizer que a investigação não foi esquecida quando, como salientou Byrne num artigo sobre a prática da Arquitetura publicado no *J-A*, esta prática obriga igualmente “a um trabalho de pesquisa e invenção suplementar” (Anexo 1, Ref.^a 34, p. 3).

No final da década de 1980, para se conhecer com maior profundidade a atividade profissional dos arquitetos, por ocasião do 5º Congresso da AAP⁵⁸ (1989), foi lançado um “Inquérito à Profissão”⁵⁹. Das 700 participações, no tocante à relação da prática profissional com a investigação, ressalta: i) a falta de interesse dos arquitetos no alargamento do seu conhecimento por via da investigação, traduzida no facto de 81,6% dos arquitetos inquiridos não possuírem qualquer pós-graduação académica⁶⁰ e 92,8% não terem frequentado outros cursos universitários⁶¹; ii) apenas 1,4% dos inquiridos indicarem que desenvolvem investigação (e/ou normativa); iii) 1,8% apontarem que a AAP progrediu na organização de ações de formação (cursos, colóquios e seminários); e iv) 48,2% que desenvolvem outras atividades fora da profissão, a maioria é Professor do Ensino Secundário (Anexo 1, Ref.^a 57).

Já em 1990, quando em toda a Europa Comunitária, a Arquitetura era reconhecida “como um serviço público, com carácter artístico, científico e técnico” (Anexo 1, Ref.^a 58, p. 23) e, passadas três décadas desde o início do desenvolvimento de investigação científica em Arquitetura e Urbanismo no LNEC, José Aguiar chamou a atenção, num artigo publicado no *J-A*, para o facto de que, em Portugal, “continua-se, ainda muito devagar, a desenvolver alguma investigação científica de âmbito tecnológico (sobretudo no LNEC e no IST)” (Anexo 1, Ref.^a 78, p. 18). Também no *J-A*, num artigo assinado por Vasco Rute, Reis Cabrita salientou igualmente que a atividade do arquiteto devia ser suportada “por quatro áreas de apoio – História, reflexão, processos e dimensão social –, considerando-se ainda como terceiro anel o ensino e a investigação” (Anexo 1, Ref.^a 76, p. 14). Deve então a Arquitetura reger-se por uma política que incuta a prática da pesquisa na prática laboral? Esta questão colocou-se também no 7º Congresso da AAP⁶² (1995): “qual é o escopo de uma Política de Arquitetura?” A resposta espelhou-se no *J-A* através da ideia de que “uma política de Arquitetura diz respeito à ação dos intervenientes na cidade e nas transformações do território, das organizações profissionais e cívicas, do ensino e da investigação, da comunicação social, dos criadores culturais, do Estado e da Sociedade” (Anexo 1, Ref.^a 82, p. 19). Mas a (velha) questão “Arquitetura para os Arquitetos” continuava a preocupar a classe, levando Silva Dias, em 1990 e enquanto diretor do *J-A*, a pedir a opinião a arquitetos e outras personalidades para se debruçarem publicamente sobre o tema⁶³.

5. Discussão e conclusão

Apesar da ocorrência de diversos encontros centrados na discussão do exercício da profissão, da análise efetuada aos 82 artigos publicados no *J-A*, verificamos que, como salientou José Manuel Pedreirinho (n. 1950) relativamente a uma destas reuniões organizadas pela SRS-AAP (1991), parece ter sempre faltado a interrogação quanto ao número de arquitetos formados e com que currículo, mas também o dever de se procurar sedimentar a

⁵⁸ Coimbra, Universidade de Coimbra, 15 a 17 de junho de 1989.

⁵⁹ À semelhança (e para comparação) do anteriormente realizado, publicado no *Jornal Arquitectos* N° 26 (mar. 1984), pp. 4-5.

⁶⁰ Em Portugal, até esta década, eram poucos os cursos de formação específicos para Arquitectura. Na AAP promoviam-se formações práticas e no LNEC alguns cursos de especialização e seminários (D’Almeida e Marat-Mendes, 2021a).

⁶¹ Embora a historiografia ainda não ofereça a listagem da oferta de formações pós-graduadas em Portugal para este período, sabe-se que estas estavam autorizadas desde a Reforma de 1957, momento em que, de acordo com o Artigo 2º do Decreto-Lei n.º 41 363 de 14 de novembro de 1957, as Escolas Superiores de Belas-Artes podiam organizar “cursos de aperfeiçoamento, especialização ou atualização” (Moniz, 2011, p. 206).

⁶² Aveiro, Universidade de Aveiro, 1 a 3 de junho de 1995.

⁶³ Nomeadamente no N° 91 do *J-A*: político Jorge Sampaio (n. 1939), arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020), urbanista Manuel Costa Lobo (1929-2013), jornalista Helena Vaz da Silva (1939-2002), geógrafa Maria Clara Mendes (n. 1947), político João Soares (n. 1949), escultor João Cutileiro (1937-2021), político José Macário Correia (n. 1957) e professor e advogado Francisco Lucas Pires (1944-1998).

capacidade de pesquisa – leia-se investigação – e consciencialização dos conhecimentos dos alunos, futuros profissionais arquitetos (Anexo 1, Ref.^a 69).

Conforme verificado pela presente investigação, entre 1981 e 2000, os arquitetos que mais se debruçaram sobre as questões do exercício da profissão no *J-A* foram: Manuel Tainha, Michel Toussaint, Pedro Brandão, Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Byrne. Dos artigos identificados (Anexo 1), apenas nove são da autoria de arquitetos que passaram pelo LNEC para desenvolver investigação⁶⁴, mas, em contraste, das seis direções do *J-A* (1981-2000), três destas foram levadas a cabo por arquitetos, outrora também investigadores do LNEC. Seguindo as pisadas de Nuno Portas, que foi membro da comissão diretiva e redação da revista *Arquitectura* (1958-c.1970) (d'Almeida et al., 2019), estes arquitetos-investigadores, ao assumirem a edição do *J-A*, tiveram a oportunidade de ali incluir um maior número de artigos provenientes de investigadores do LNEC e/ou de outros arquitetos ou autores igualmente centrados em diferentes temáticas da investigação – que, como vimos, era defendida tanto por Silva Dias, como por Gonçalo Byrne ou por Fernando Gonçalves.

Contudo, grande parte dos arquitetos que publicaram no *J-A* identificou-se mais com o arquiteto-técnico/arquiteto-artista do que com o arquiteto-investigador, que também pode ser projetista. As exceções provêm, naturalmente, do facto de alguns terem passado pela experiência pessoal de investigar e aplicar os resultados da investigação nos seus projetos – como é o caso de grande parte dos arquitetos-investigadores do LNEC, conforme testemunhado pelos próprios aos autores deste artigo (Dias, 2017; Dias, 2018; Cabrita, 2017; Costa, 2018; Pereira, 2017). Em certa medida, o modelo profissional de arquiteto-técnico/arquiteto-artista parece ter sido ultrapassado a favor do arquiteto-investigador, embora tal não tenha sido (e ainda não é) linear – bastando lembrar as reivindicações a artista de alguns arquitetos, publicadas nos anos 1980 e 1990 no *J-A* (Anexo 1). O arquiteto que se dedica essencialmente à investigação é interrogável, na medida em que se integra na longa discussão das duas faces disciplinares: Teoria e Prática. Se o arquiteto e investigador Philippe Boudon (n. 1941) entendeu ser necessário separar a Teoria do restante universo disciplinar para implementar métodos rigorosamente científicos (Boudon, 1977), Toussaint defendeu que a disciplina implica sempre o fazer, isto é, construir os espaços de vida do ser humano e que nunca se poderá transformar numa ciência exata, mesmo que algumas das suas partes, temas ou objetivos possam ter carácter científico e também beneficiar de (ou articular-se com) diversas ciências e disciplinas (Toussaint, 2009).

A análise efetuada no âmbito deste artigo permite-nos confirmar que entre 1981 e 2000, indubitavelmente, o arquiteto lutou pelo reconhecimento do seu papel na sociedade portuguesa. Contudo, a luta pela investigação (ainda) não era considerada na prática profissional.

Face ao número de arquitetos inscritos na AAP/OA – que, como vimos, rondava os 3.000 no início da década de 1980 – foram sem dúvida diminutos os que publicamente manifestaram e/ou reconheceram a importância da investigação como suporte teórico para a prática profissional, designadamente enquanto apoio fundamental para o desenvolvimento do(s) projeto(s).

Financiamento

A investigação aqui apresentada surge no âmbito de um projeto de investigação de pós-doutoramento, intitulado “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura” (SFRH/BPD/117167/2016), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através do programa de financiamento FSE.

⁶⁴ Francisco Silva Dias (3 artigos): ver Anexo 1, Refs. 1, 41 e 67; António Reis Cabrita (2 artigos): ver Anexo 1, Refs. 12 e 22); Fernando Gonçalves (1 artigo): ver Anexo 1, Ref.^a 36; Nuno Portas (2 artigos): ver Anexo 1, Refs. 33 e 53; e José Aguiar (1 artigo): ver Anexo 1, Ref.^a 78.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Alexandre Alves Costa, António Reis Cabrita, Fernando Gonçalves, Francisco Silva Dias, Gonçalo Byrne, José Aguiar, Manuela Fazenda e Maria da Luz Valente Pereira as entrevistas concedidas e/ou as palestras proferidas no âmbito da investigação para o projeto de pós-doutoramento intitulado “O LNEC e a História da Investigação em Arquitectura” (SFRH/BPD/117167/2016). Os autores agradecem ainda ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil pela permissão para aceder aos seus arquivos e documentação arquivada no âmbito do referido projeto de pós-doutoramento.

Referências

- AA.VV. (1980). *Arquitetos - População - Território - Administração*, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses Secção Regional do Sul.
- AA.VV. (1961). *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Aguiar, J. (13/11/2019). “O LNEC (eu) e as diversas gerações da reabilitação, ou bases para uma autobiografia científica”. Comunicação proferida no “II Ciclo de Palestras: Depois de Abril de 1974, o que mudou na Investigação em Arquitectura & Urbanismo desenvolvida no LNEC?”, Patricia Bento d'Almeida e Teresa Marat-Mendes (coord), Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.
- Alves, V. (2021). *Estilhaços do Espelho: o Jornal Arquitectos (1981-2015) como território da construção do arquiteto*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Barreto, A. (1999). “Apresentação”, *Análise Social*, 150, XXXIV (1), 3–7.
- Boudon, P. (1977). *Sur l'espace architectural – Essai d'épistémologie de l'architecture*. Paris: Dunod.
- Byrne, G. (1969). “Método de Arquitectura”, *Arquitectura*, 109, 127–130.
- Byrne, G., Portas, N. (1970). *Racionalização do Processo de Projeto - Coordenação Dimensional Modular*, Lisboa: LNEC.
- Byrne, G. (1986). “Concurso textos críticos de arquitectura”, *Jornal Arquitectos*, 47/48, p. 24.
- Byrne, G. (19/10/2017). Entrevista a Gonçalo Byrne por Patricia Bento d'Almeida efetuada no âmbito do projeto de pós-doutoramento “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura”.
- Cabrita, A. R. (s.d.). Docente: António Reis Cabrita. Acedido em 4 de maio de 2021, na página web da Universidade Católica Portuguesa: <http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/template/ucptplpopup.asp?sspageid=114&artigoID=1442&lang=1>
- Cabrita, A. R. (14/11/2017). Entrevista a Francisco Silva Dias por Patricia Bento d'Almeida efetuada no âmbito do projeto de pós-doutoramento “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura”.
- Carvalho, M. R. (2012). *Investigação em Arquitetura. O Contributo de Nuno Portas no LNEC 1963-1974, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura*, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.
- Coelho, C. (2008). *A questão do arquiteto: a sociedade portuguesa e o arquiteto, hoje*, Prova final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Correio da Manhã (2001/02/04). “À conversa com a arquitecta Olga Quintanilha: 'Tento sempre dar um sentido às coisas’”, acessido em 23 de setembro de 2021. <https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/53037>

Costa, A.A. (1982). Dissertação expressamente elaborada para o concurso de habilitação para a obtenção do título de professor agregado e constituindo trabalho original sobre o assunto respeitante às cadeiras do 1.º Grupo do curso de Arquitectura da Escola Superior de Bela Artes por Alexandre Vieira Pinto Alves Costa em Dezembro de 1979 a que também se poderia chamar Memórias do Cárcere, Desastres de Sofia ou Memórias de um Burro. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP.

Costa, A. A. & Portas, N. (1966). *Racionalização de soluções da habitação: Análise e selecção de esquemas do fogo*, Lisboa: LNEC.

Costa, A. A. (31/10/2018). “Investigar Arquitectura”, Comunicação proferida no “I Ciclo de Palestras: Investigar Arquitectura e Urbanismo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil”, Patricia Bento d'Almeida e Teresa Marat-Mendes (coord), Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

Croft, V. (2001). *Arquitectura e humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*. Lisboa: Terramar.

D'Almeida, P. B. & Marat-Mendes, T. (2020). “30 anos entre engenheiros: Maria da Luz Valente Pereira, a arquiteta que estudou a Cidade e o Território no Laboratório Nacional de Engenharia Civil”, comunicação apresentada na 5ª Edição do Workshop DINÂMIA'CET-IUL, ISCTE-IUL, 21/01/2020. <https://www.dinamiacet.iscte-iul.pt/post/v-workshop-interno>

D'Almeida, P. B. & Marat-Mendes, T. (2021a). A atualidade da investigação científica em arquitetura e urbanismo desenvolvida no LNEC (1961-1979) face ao desafio da sustentabilidade, *Cidades, Comunidades e Territórios, Spring 2021 Special Issue*, 15–40.

D'Almeida, P. B. & Marat-Mendes, T. (2021b). Entrevista a João Branco Pedro, *Cidades, Comunidades e Territórios, Spring 2021 Special Issue*, 7–14.

D'Almeida, P. B., Marat-Mendes, T. & Toussaint, M. (2019). A publicação da investigação científica produzida no LNEC nas revistas Arquitectura, Binário e Técnica, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 39, 174–191.

D'Almeida, P. B., Marat-Mendes, T. & Toussaint, M. (2020). Portugal's Rising Research in Architecture and Urbanism: The Influence of International Research Centers and Authors, *Journal of Urban History*, 1–28. <https://doi.org/10.1177/0096144220968078>

Dias, F. S. & Portas, N. (1971). *Tipologias de edifícios: habitação evolutiva, princípios e critérios de projectos*, Lisboa: LNEC.

Dias, F. S. (20/09/2017). Entrevista a Francisco Silva Dias por Patricia Bento d'Almeida efetuada no âmbito do projeto de pós-doutoramento “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura”.

Dias, F. S. (17/10/2018). “Descritivas Memórias – no LNEC”. Comunicação proferida no I Ciclo de Palestras: Investigar Arquitectura e Urbanismo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

Fagulha, J. (coord.) (2016). *Profissão*. Lisboa: OASRS.

Fazenda, M. (03/10/2017). Entrevista a Manuela Fazenda por Patricia Bento d'Almeida efetuada no âmbito do projeto de pós-doutoramento “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura”.

Figueira, J. (2005). Dos bispos do moderno às *drag-queens* do pós modernismo, *Jornal Arquitectos*, 218-219, 10–15.

- Filipe, S. I. (2016). *Arquitetura discutida (1981-1993): Jornal dos Arquitectos - Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa (GTH) (1971). Organograma do Gabinete Técnico da Habitação, *Boletim GTH*, 20, p. 153.
- Gil, B. (2016). *Culturas de Investigação em Arquitetura. Linhas de Pensamento nos Centros de Investigação 1945-1974*, Tese de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Gomes, A. M. (1981). Editorial, *Jornal Arquitectos*, 1, p. 6.
- Gomes, A. M. (1982). Editorial, *Jornal Arquitectos*, 12/13, p. 1.
- Gonçalves, F. (1991). O jornal e a revista *Arquitectos*, *Jornal Arquitectos*, 100, p. 28.
- Gonçalves, F. (jun. 1987). Editorial, *Jornal Arquitectos*, 58, p. 2.
- Gonçalves, F. (06/11/2019). Comunicação proferida no “II Ciclo de Palestras: Depois de Abril de 1974, o que mudou na Investigação em Arquitectura & Urbanismo desenvolvida no LNEC?”, Patrícia Bento d’Almeida e Teresa Marat-Mendes (coord), Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.
- Krüger, M. (2013). Architectural Practice, Education and Research: on Learning from Cambridge, *Docomomo Journal*, 49, 65–69.
- Marat-Mendes, T., D’Almeida, P. B. & Borges, J. C. (2021). Concepts and definitions for sustainable planning transition: Lessons from moments of change, *European Planning Studies*. <https://doi.org/10.1080/09654313.2021.1894095>
- Mendes, M. (1997). Nós. Uma modernidade de fronteira – nós para uma paisagem inconclusa. In X. Costa, & S. Landrove (Eds.) *Arquitetura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico, 1925-1965* (pp. 14–24). Barcelona: Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies Van der Rohe e DOCOMOMO Ibérico.
- Moniz, G. C. (2010). A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 56–76.
- Moniz, G. C. (2011). *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Nunes, A. R. (2019). *Representação gráfica da arquitetura. O caso de estudo do Jornal Arquitectos (2000-2018)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Técnico.
- Palla, M. A. (1967). Breve história da secção portuguesa da UIA, *Arquitetura: Revista de Arte e Construção*, 96, 50–52.
- Pedrosa, P. S. (2010). *Habitar em Portugal nos anos 1960: Rutura e antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso*. Tese de Doutoramento apresentada à Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona.
- Pedrosa, P. S. & Antunes, L. G. (2020). Architect Luz Valente-Pereira: Architecture, Research, and Life in a Changing Country, *ex æquo*, 42, 175–193. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.42.1>
- Pereira, M. L. V. (1973). Modelo do sistema urbano à escala de zona urbana, *Análise Social*, 37, 5–49.
- Pereira, M. L. V. (1990). Groupe d'etudes d'urbanisme et planification municipale, *Sociedade e Território*, N.º Especial Setembro, 189–190.

- Pereira, M. L. V. (24/07/2017). Entrevista a Maria da Luz Valente Pereira por Patrícia Bento d’Almeida e Teresa Marat-Mendes efetuada no âmbito do projeto de pós-doutoramento “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura”.
- Portas, N. (1959). A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal, *Arquitectura*, 66, 13–14.
- Portas, N. (1965). As Ciências Humanas na Renovação da Formação do Arquitecto, *Análise Social*, 12, 517–525.
- Portas, N. (1986). Uma outra Práxis para uma ‘Nova’ Classe, *Jornal Arquitectos*, 46, pp. 7–13.
- Portas, N. (2007). *A Cidade como Arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte (1ª edição 1969).
- Portas, N. (2008). *A Arquitectura para Hoje*, Lisboa: Livros Horizonte (1ª edição 1964).
- Portas, N. (2005). *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projeto*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Portas, N. (1965). *Estudos sobre habitação: relato sucinto dos contactos estabelecidos por ocasião do Congresso U.I.A. Paris 1965*, Lisboa: LNEC.
- Reis, S. (2007). *74-86 Arquitectura em Portugal: Uma leitura a partir da imprensa*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, A. I. (2002). *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1959*, Porto: FAUP.
- Santana, T. (2010). *A prática não-solicitada do arquitecto*, *Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura*, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Soares, J. A. (1907). A nossa autonomia, *Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, Ano III, 39–42.
- Toussaint, M. (1993). Editorial, *Jornal Arquitectos*, 120, p. 1.
- Toussaint, M. (2009). *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do Século XX*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Anexo 1. Tabela 1A. Levantamento de artigos sobre o exercício da profissão de arquiteto publicados no *Jornal Arquitectos* (1981-2000)

Ref.ª	Nº.	MÊS	ANO	DIR.*	ARTIGO	PÁG.	AUTOR
1	1	11	1981	AMG	A Arquitectura de equipamento no princípio do século	2-3	Francisco Silva Dias
2	2	1	1982	AMG	Formação, integração e responsabilização do arquiteto	IV	n.i.
3	3	2	1982	AMG	Os equipamentos e o posicionamento do arquiteto na cadeia de produção	15	n.i.
4	8/9	8	1982	AMG	Diz-nos ... Frederico George	17	n.i.
5	14/15	½	1983	FSD	Estatuto da profissão de Arquitecto: código deontológico: proposta para discussão em próxima Assembleia Regional	20, 21	n.i.
6	19/20	7/8	1983	FSD	A Arquitectura para os arquitetos	6	Manuel Vaz de Queiroz
7	21/22/23	10/11/12	1983	FSD	O pássaro ferido	5-6	Manuel Tainha
8	21/22/23	10/11/12	1983	FSD	Encontro sobre o Ensino da Arquitectura e a problemática da profissão do arquiteto	7	João Paciência
9	21/22/23	10/11/12	1983	FSD	Notas para um debate que nunca chegou a ser	8	Manuel Tainha
10	21/22/23	10/11/12	1983	FSD	É difícil ser estudante de Arquitectura em Portugal	10	Sérgio Sousa
11	24/25	½	1984	FSD	Apelo aos docentes de arquitectura	5	Michel Toussaint
12	24/25	½	1984	FSD	Investigação e arquitectura: a fundamentação teórica das suas relações	5	António Reis Cabrita
13	24/25	½	1984	FSD	3º Congresso AAP: alcance e defesa do exercício da profissão	6-11	n.i.
14	24/25	½	1984	FSD	Os arquitetos, a Arquitectura, para...	12	João Manuel Rato Faria Aboim
15	24/25	½	1984	FSD	A cultura necessita dos arquitetos e dos urbanistas	16	n.i.
16	26	3	1984	FSD	Uma profissão jovem, uma profissão madura	4-5	Pedro Brandão
17	26	3	1984	FSD	Propostas aprovadas: estatuto da profissão de arquiteto, código deontológico	8-9	n.i.
18	26	3	1984	FSD	Importância e defesa do exercício da profissão de arquiteto	13	Marco Rossi; Mario Struzzi
19	27/28/29	4/5/6	1984	FSD	O novo ciclo	4-5	Pedro Brandão
20	27/28/29	4/5/6	1984	FSD	Pela especialização generalista	5	Fernando Távora
21	27/28/29	4/5/6	1984	FSD	Uma profissão do nosso século	5-6	Augusto Pereira Brandão
22	27/28/29	4/5/6	1984	FSD	Responsabilidade e exercício da profissão	7-8	António Reis Cabrita
23	31/32	11/12	1984	FSD	Responsabilização profissional e exercício da profissão de arquiteto em Portugal	6	Vasco Massapina
24	33/34	½	1985	FSD	Profissão: arquiteto a tempo inteiro? Local de atividade, nordeste transmontano	S1-S4	Branca Neves
25	33/34	½	1985	FSD	Diário de um atelier de província	7	Acácio Horta da Luz
26	33/34	½	1985	FSD	Equilíbrio interior e reconhecimento público da profissão	8	Manuel Tainha
27	37	5	1985	GB	Defender a profissão promover a arquitectura	9	Nuno Teotónio Pereira
28	42	12	1985	GB	Olhar a Arquitectura perceber a cidade	3	Gonçalo Byrne
29	43	1	1986	GB	Do projeto à execução	6	Nuno Teotónio Pereira
30	44	2	1986	GB	Portugal: que futuro para a Arquitectura?	15	n.i.
31	45	3	1986	GB	Um passo decisivo	3	Nuno Teotónio Pereira
32	45	3	1986	GB	Tendências e reflexões	9, 17	Michel Toussaint
33	46	4	1986	GB	Uma outra Práxis para uma "Nova" Classe	7, 13	Nuno Portas
34	47/48	5/6	1986	GB	Notas sobre a prática da arquitetura	3	Gonçalo Byrne
35	49	7	1986	GB	A fundamentação teórica	3	Gonçalo Byrne
36	49	7	1986	GB	Dinocrates e as origens da arquitectura	8-10	Fernando Gonçalves
37	49	7	1986	GB	O papel dos núcleos na defesa do exercício da profissão e na transformação da AAP	12-13	n.i.
38	51/52	11/12	1986	GB	Por uma vanguarda popular	22	Manuel Graça Dias

39	51/52	11/12	1986	GB	Arquitectura: uma palavra desconhecida	21	Vítor Mestre
40	53	1	1987	GB	Independência e coesão para transformar	6, 13	Pedro Brandão
41	53	1	1987	GB	As Escolas e a Associação: Independência e Cooperação	7	Francisco Silva Dias
42	53	1	1987	GB	Estratégia para o futuro do exercício da profissão	10	Francisco Gentil Berger
43	55	3	1987	GB	O ensino da arquitectura em Portugal	3	Gonçalo Byrne
44	55	3	1987	GB	Ensino	5	Carlos Tamm
45	55	3	1987	GB	Escola, licenciatura e depois?	5	Raul Coelho
46	55	3	1987	GB	Ensino da Arquitectura em Portugal, abordagem histórica	6-7	Maria Calado
47	55	3	1987	GB	Considerações sobre o ensino da arquitetura	8-9	Alexandre Alves Costa
48	55	3	1987	GB	A ESBAL como foi?	12	Frederico George
49	56/57	4/5	1987	GB	Dignificar a profissão enraizando-a na região	21	José Esteves
50	58	6	1987	FG	Associação pública: prova de fundo em corrida de obstáculos	3	Nuno Teotónio Pereira
51	61	11	1987	FG	A AAP confia no talento no entusiasmo e no saber dos arquitetos	5	Nuno Teotónio Pereira
52	63/64/65	4	1988	FG	Fazer da escrita um hábito	2	Alexandre Marques Pereira
53	66	5	1988	FG	A administração e os arquitetos: pensando nos arquitetos da administração local	7	Nuno Portas
54	73	12	1988	FG	No construído, arquitectura como problema: em torno da condição disciplinar da arquitectura	5, 9	Manuel Mendes
55	79	9	1989	FG	Os arquitetos interrogam-se sobre o estado da Arte: alocação do presidente da mesa do congresso da AAP	11-12	Manuel Tainha
56	79	9	1989	FG	Uma política de qualidade para a Arquitectura	16-18	Pedro Brandão
57	79	9	1989	FG	Inquérito à profissão 1989: 5º Congresso da AAP	23-28,30	Pedro Brandão
58	88	6	1990	FSD	Declaração a propósito do Dia Mundial da Arquitectura	23	CDN-AAP
59	91	9	1990	FSD	Uma lei da arquitectura: um regulamento da profissão	18	Pedro Brandão
60	91	9	1990	FSD	Os malefícios para uma qualidade ambiental e cultural do país	18	Jorge Sampaio
61	91	9	1990	FSD	A arquitectura para os arquitetos	19	n.i.
62	91	9	1990	FSD	Profissão arquiteto: proposta de regulamento	37-40	n.i.
63	92	10	1990	FSD	A integridade das obras... e dos autores	13	Pedro Brandão
64	93	11	1990	FSD	Assembleia Geral da SRS discute exercício da profissão	18-19	n.i.
65	96	2	1991	FSD	AAP, Secção Regional Sul organiza encontro sobre o exercício da profissão: Arquitectura e conflito	12	n.i.
66	99	5	1991	FSD	Cambão	18	Pedro Brandão
67	100	6	1991	FSD	O JA, a Associação e a Classe	27	Francisco Silva Dias
68	100	6	1991	FSD	99 números do JA: temáticas dominantes	62-72	Ana Isabel Ribeiro
69	106	12	1991	FSD	(Re)pensar o arquiteto	20-21	José Manuel Pedreirinho
70	109	3	1992	FSD	Uma definição de arquitectura	17	Pedro Vieira de Almeida
71	109	3	1992	FSD	Desilusões	18-19	Pedro Brandão
72	111	5	1992	FSD	Ética, à consideração superior?	15	Pedro Brandão
73	112/113	6/7	1992	FSD	Quem somos?	40-41	Pedro Brandão
74	118/119	12/1	1992/93	FSD	Código de conduta dos Arquitetos Europeus	12-13	Pedro Brandão
75	133	3	1994	MT	Por uma estratégia de ampliação e interação para a arquitectura, como profissão	64-67	Pedro Brandão
76	134	4	1994	MT	Diversidade na profissão e perspectivas do seu alargamento	14-15	Rute Vasco
77	136/137	6/7	1994	MT	Carta aberta aos arquitetos sobre a unidade e diversidade da profissão e a revisão estatutária	10-13	P. Brandão; Vasco Massapina
78	136/137	6/7	1994	MT	O medo	14-18	José Aguiar
79	138/139	8/9	1994	MT	Quem tem medo da ética?	10-11	Rute Sousa Vasco
80	140	10	1994	MT	Arte, profissão, modo de vida	26-29	Manuel Tainha
81	149	7	1995	MT	Memórias e Reflexões a partir de um Congresso	6-7	Michel Toussaint
82	149	7	1995	MT	12 Perguntas sobre o futuro da arquitectura, dos arquitetos e da organização profissional	16-23	n.i.

Fonte: Autores.